



Inclusão social para negros é tema de debate em comissão

População negra e parda no Brasil é maioria, segundo Censo 2010 do IBGE, porém ainda sem direitos como acesso a educação, saúde e saneamento básico

Processo de abolição da escravidão no Brasil — após a Lei Áurea em 1888 — não permitiu a inclusão da população negra em setores como educação e saúde. Essa é a questão que estará em pauta no Senado hoje, quando a Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz audiência pública interativa para discutir como garantir a efetiva inclusão dos negros na sociedade.

Ações afirmativas foram implementadas nos últimos anos, mas negros ainda são marginalizados. **2**

Quilombolas frequentam a escola no Brejo dos Crioulos (MG). Educação é um dos desafios a serem enfrentados



Percurso da Cultura



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sessão em que foram aprovadas as novas regras para criação de municípios, no início do mês, teve comemoração nas galerias

Senadores defendem criação de municípios

Aguarda sanção presidencial o substitutivo ao PLS 104/2014 — Complementar, que trata da criação e fusão de municípios. O projeto foi aprovado pelo Senado durante o esforço de votações de agosto. Para o autor do texto, Mozarildo Cavalcanti, as novas regras são mais rígidas e contribuirão para aumentar a oferta de serviço público para os cidadãos. Ele ob-

serva, nesse sentido, que devido à grande dimensão dos municípios, há localidades na Região Norte que não contam com serviços públicos básicos. Já o relator da proposta, Valdir Raupp, avalia que a emancipação deverá possibilitar aos distritos contemplados a obtenção de mais investimentos para serem aplicados, por exemplo, em saúde e educação. **4**

Comissão examina regras para reajustes de ônibus

Está pronto para apreciação da Comissão de Meio Ambiente projeto de lei que exige que os processos públicos de ajuste de preços de passagens de transporte coletivo sejam realizados de acordo com critérios de transparên-

cia. A proposição, que já tem pareceres favoráveis da CCJ e da CI, obriga o poder público a permitir o acesso da população a informações completas sobre as análises de revisões tarifárias dos serviços de transporte coletivo. **3**

Gerente e diretor da Petrobras falam à CPI mista na quarta **2**

Recurso para transporte ferroviário será analisado **3**

Projeto determina economia de água em prédios públicos **4**

Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL



Fim da escravatura não ofereceu garantia de inclusão social aos negros no Brasil. Debate hoje no Senado vai discutir soluções para integrar esses cidadãos em setores como a educação e a saúde

Percurso da Cultura



Para Cristovam, os negros não foram libertados totalmente, já que os descendentes de escravos não têm acesso à educação

Audiência discute desafios enfrentados pelos negros

COMO CONCLUIR O processo de abolição da escravidão? Essa é a questão que estará em pauta no Senado hoje, quando a Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoverá uma audiência pública interativa para discutir como garantir a efetiva inclusão dos negros na sociedade.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), que propôs o debate, a Lei Áurea não libertou os negros de maneira completa, já que os descendentes dos antigos escravos ainda não têm acesso à educação. O senador diz ainda que, apesar de serem maioria na sociedade brasileira, os negros ainda são marginalizados e têm menos direitos.

“Políticas afirmativas têm sido implementadas nas últimas décadas. Algumas, com sucesso.

Mas o país ainda precisa definir um projeto abolicionista. Esse é o sentido da audiência pública”, justifica Cristovam.

Devem participar do debate o secretário da Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira da Silva; o vice-presidente do Grupo Cultural Olodum, da Bahia, Marcelo Gentil; o professor e escritor Helio Santos; e o professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) Augusto Sergio dos Santos de São Bernardo.

Também foram convidados para o debate familiares do abolicionista Joaquim Nabuco: Vivi Nabuco (neta), José Thomaz Nabuco Filho (neto) e Pedro Nabuco (bisneto).

Pessoas de todo o país poderão assistir à audiência ao vivo e participar do debate com o envio de perguntas e comentários a senadores e convidados por meio do Portal e-Cidadania. Também é possível a interação pelo Facebook, Twitter e telefone.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 16h

| | |
|--|---|
| ▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania | ▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado |
| ▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHabolicaoEC | ▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHabolicaoAS |
| ▶ Facebook: eCidadaniaSF | ▶ Facebook: alosenado |
| ▶ Twitter: @e_cidadania | ▶ Twitter: @AloSenado |
| ▶ TV: www.senado.leg.br/TV | ▶ Alô Senado: 0800 612211 |
| ▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos | |

Senado acompanha políticas públicas

O Senado aprimorou a avaliação de políticas públicas ao editar a Resolução 44/2013. Oriunda de projeto de autoria do presidente da instituição, Renan Calheiros, a medida integra um conjunto de mudanças regimentais promovidas no ano passado no Senado como forma de aperfeiçoar o debate político e fortalecer o papel fiscalizador da instituição.

Cada comissão permanente do Senado deve eleger, até o último dia útil do mês de março

de cada ano, uma política pública para avaliação. O exame se estende aos impactos das propostas e às atividades de suporte para a execução, sendo prevista a solicitação de informações e documentos a órgãos do Poder Executivo, Tribunal de Contas da União (TCU) e entidades da sociedade civil. Ao final da sessão legislativa, a comissão apresenta relatório com as conclusões das avaliações.

No momento, está em análise

se o Plano Nacional de Banda Larga, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); além da Política de Recursos Hídricos para a Região Semiárida Nordestina e o Crédito Rural, ambos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Entre outros programas, a lista abrange também cotas sociais e raciais nas universidades e o Programa Juventude Viva, em análise na Comissão de Direitos Humanos.

CPI mista ouve na quarta-feira dois funcionários da Petrobras

A CPMI da Petrobras retoma as atividades na quarta-feira, a partir das 14h30, com os depoimentos do gerente jurídico internacional da Petrobras, Carlos Cesar Borromeu de Andrade, e do diretor de Segurança Empresarial da empresa, Pedro Aramis de Lima Arruda. Por causa da morte do ex-governador de Pernambuco e candidato à Presidência Eduardo Campos, a reunião da CPI da última quarta-feira foi cancelada. Naquele dia, seria ouvido Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da estatal. Não há ainda uma nova data para esse depoimento.

O pedido para a convocação de Borromeu foi apresentado pelos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Sibá Machado (PT-AC). O parlamentar paranaense explicou que foi o gerente jurídico internacional da Petrobras quem defendeu a disputa judicial com a empresa belga Astra Oil, em torno de Pasadena, nos Estados Unidos.

— Apesar de o prejuízo da Petrobras na disputa, naquela época, já ter al-

cançado US\$ 639 milhões, Borromeu afirmou que a estratégia mais inteligente era prosseguir litigando de modo a evitar quaisquer pagamentos adicionais à Astra, a quem atribuiu uma postura belicosa — esclareceu Bueno.

Já o diretor de Segurança Empresarial da Petrobras, Pedro Aramis de Lima Arruda, foi convocado para explicar as denúncias de pagamento de suborno a funcionários da Petrobras pela SMB Offshore. De acordo com uma reportagem publicada pelo jornal *Valor Econômico*, a companhia holandesa, que aluga navios-plataforma a petroleiras, teria pago US\$ 139,2 milhões a empregados e intermediários da Petrobras.

Até a manhã de sexta-feira, não havia sido marcada nova reunião da CPI da Petrobras exclusiva do Senado. Os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito estão previstos para terminar em 14 de novembro. O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), já admitiu, no entanto, a possibilidade de prorrogação dos prazos de investigação.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Debates

14h Sessão não deliberativa.

CDH Abolição da escravidura

16h Audiência pública interativa para discutir o que deve ser feito para a inclusão efetiva dos negros na sociedade.

QUARTA

CPI/PETROBRAS Audiência pública

14h30 A CPI Mista da Petrobras ouvirá, em audiência, dois gestores da estatal: o gerente jurídico internacional, Carlos Cesar Borromeu, e o diretor de Segurança Empresarial, Pedro Arruda.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sgraf)

Comissão vota regras para reajustes de ônibus

Projeto que define critérios de transparência para processos de revisão de tarifas do transporte público aguarda parecer da Comissão de Meio Ambiente. A proposta já foi aprovada na CCJ e na CI

ESTOPIM DAS MANIFESTAÇÕES populares em todo o país em junho de 2013, o aumento de passagens de transporte público poderá passar a obedecer a critérios de transparência. A medida, prevista no PLC 50/2013, já conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI). Agora, aguarda parecer da Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde é relatada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Depois, seguirá para apreciação do Plenário.

O texto obriga o poder público a permitir o acesso da população a informações utilizadas em análises de revisões tarifárias dos serviços de transporte coletivo. Depois de tramitar nas duas primeiras comissões, a proposta iria a Plenário na semana de esforço concentrado do início de agosto. Porém, requerimento de autoria de Acir Gurgacz (PDT-RO) foi aprovado e a matéria terá de passar também pelo crivo da CMA.

O projeto vai além da exigência de publicação de informações numéricas. Reconhece como direito do usuário o acesso, em linguagem acessível e de fácil compreensão, à fundamentação que amparou a decisão do poder público sobre o reajuste ou a revisão de tarifas e respectivos processos.

O autor da proposta, deputado Ivan Valente (PSOL-SP),



Aumentos de tarifas geram protestos: população poderá ter acesso a critérios de reajuste

lembra que a transparência da estrutura tarifária e a publicidade do processo de revisão das tarifas são obrigações que constam na Constituição (artigo 37, § 3º, inciso II). Ele observa, no entanto, que grande parte das municipalidades ignora a obrigação de dar publicidade a dados que instruem análises de revisão tarifária, o que provoca na população desconfiância acerca da lisura e da correção técnica da atuação do poder público.

Gratuidade

A proposta foi aprovada na Câmara na esteira das manifestações em todo o país por melhorias na qualidade do transporte público e anulação dos reajustes tarifários.

Na CI, Gurgacz apresentou voto em separado ao PLC 50/2013 (PL 3.546/2012, na Casa de origem), mas o que prevaleceu foi o parecer favorável do relator naquela comissão, Inácio Arruda (PCdoB-CE).

No texto, Gurgacz sugeriu que todos os benefícios tarifários, a exemplo das gratuidades, sejam custeados com recursos financeiros específicos determinados por lei e sem onerar as tarifas pagas pelo conjunto dos usuários.

Ele afirmou à Agência Senado na terça-feira que a proposta de transferir o ônus das gratuidades no transporte público para a União pode reduzir o valor geral das tarifas em 20% e proporcionar a gratuidade total para estudantes.

— A população pede tarifas de transporte público mais baratas — disse.

Gurgacz foi um dos relatores da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012) no Senado. Ele destaca que tal política já inclui entre as diretrizes da política tarifária do serviço de transporte público coletivo “simplicidade na compreensão, transparência da estrutura tarifária para o usuário e publicidade do processo de revisão”.

Relator da matéria na CMA, Randolfe Rodrigues relatou a matéria também na CCJ, na qual seu parecer favorável foi aprovado. Na ocasião, o senador argumentou que “a falta de transparência nas majorações das tarifas gera desconfiância nos usuários quanto ao acerto técnico e real necessidade da cobrança de novos valores”.

PEC determina eleição direta na lista do quinto constitucional

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC 28/2014) de Jorge Viana (PT-AC) que estabelece que a formação da lista sêxtupla referente ao quinto constitucional nos tribunais se fará por eleição direta.

O quinto constitucional, previsto no artigo 94 da Constituição, é a reserva de um quinto das vagas nos tribunais de Justiça (TJs), tribunais regionais federais (TRFs), tribunais regionais do Trabalho (TRTs) e Tribunal Superior do Trabalho (TST) a advogados e membros do Ministério Público (MP).

Para tanto, os candidatos precisam ter, no mínimo, dez anos de carreira e reputação ilibada, além de notório saber jurídico. As

indicações — feitas pela OAB ou MP — ocorrem por meio de lista sêxtupla enviada aos tribunais, que por sua vez encaminham uma lista tríplice para decisão do presidente da República (TRFs, TRTs e TST) ou do governador (TJs).

Atualmente, a Constituição, ao não dispor sobre a elaboração da lista sêxtupla, remete o tema para a legislação regulamentar, que define a eleição direta ou indireta para escolha dos membros.

De acordo com Viana, em virtude da necessidade de democratização dos meios de provimento da magistratura, é preciso unificar a legislação.

Para serem aprovadas, as PECs precisam de votos favoráveis de três quintos dos membros de cada Casa (49 senadores e 308 deputados), em dois turnos.

Proposta remaneja recursos para setor ferroviário em três estados

Pode ser votado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), durante o esforço concentrado de setembro, o projeto de lei do Congresso que remaneja o montante de R\$ 58,5 milhões para reforçar investimentos no transporte ferroviário do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

O PLN 7/2014 abre crédito especial no valor de R\$ 58.537.082 em favor do Ministério dos Transportes. O crédito especial é um dos tipos de créditos adicionais previstos para mudanças no Orçamento vigente e é usado quando não há dotação orçamentária específica para o investimento em questão. Neste caso, o PLN 7/2014 cancela alguns projetos que constam do Orçamento de 2014 e remaneja os recursos para outros projetos que não foram incluídos.

A maior parte dos recursos será destinada ao projeto de adequação de linhas férreas

em perímetros urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Para tanto, o PLN cancela o mesmo valor no projeto de adequação de trechos rodoviários na mesma região, sugerido pelo deputado Hugo Leal (Pros-RJ).

A proposta está sob a relatoria do deputado Milton Monti (PR-SP) e recebeu duas emendas. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) também apresentou emenda pedindo que R\$ 15 milhões sejam remanejados para a construção de viaduto em Ariquemes (RO). Já o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) pede o remanejamento de R\$ 20 milhões para a adequação de trecho urbano da BR-222 no município de Tianguá (CE).

A CMO tem reunião ordinária agendada para 2 de setembro, às 14h30, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.



Gurgacz pede que texto passe pela CMA, onde será relatado por Randolfe



Projeto garante aposentadoria especial

Paulo Paim (PT-RS) apresentou um projeto que altera a Lei 8.213/1991 para garantir que o fornecimento de equipamento de segurança não descaracterize condições prejudiciais à saúde ou a integridade física no ambiente de trabalho e permita que o trabalhador possa requerer aposentadoria especial.

Uma iniciativa do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), por meio de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF), defende que o fornecimento

do equipamento de proteção individual (EPI), pelo empregador, não daria direito ao trabalhador de pleitear a aposentadoria especial.

Com parecer favorável do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), o projeto de Lei do Senado (PLS) 58/2014 está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O STF já reconheceu a repercussão geral da questão e paralisou todos os processos judiciais que tratam do mesmo tema e tramitam em outras instâncias judiciais.

Atualmente, a aposentadoria especial é o benefício a quem trabalha por 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. O tempo de trabalho necessário para se aposentar diminui de acordo com a nocividade do agente a que o trabalhador foi exposto.

A CAS vai analisar o projeto de forma terminativa. Se a proposta for aprovada e não houver recurso para votação em Plenário, ela segue para a Câmara dos Deputados.



Verba vai beneficiar o sistema ferroviário do estado do Rio de Janeiro

Para senadores, novos municípios podem beneficiar a população

Mozarildo e Raupp apontam as vantagens que o projeto sobre criação de municípios, aprovado no Senado, pode trazer à população

REDUÇÃO DAS DESIGALDADES regionais, maior presença do poder público e crescimento na geração de empregos. Essas seriam algumas das vantagens da criação de municípios, cujas regras foram aprovadas pelo Senado semana passada, depois de ampla negociação com o governo.

O substitutivo ao PLS 104/2014 — Complementar estabelece critérios de viabilidade financeira, população mínima e regras para a apresentação da proposta às assembleias estaduais e para a consulta à população por meio de plebiscito. Apesar das críticas de alguns setores de que novos municípios significam mais gasto público, o projeto foi aprovado com 52 votos a favor e apenas 4 contrários. Agora, aguarda a sanção da Presidência da República.

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor da proposta, as novas regras podem ser consideradas um “marco regulatório”. Ele diz que são regras mais rígidas, tornando o projeto “moralizador”. Segundo o senador, antes desse projeto “não havia regras” e muitos municípios foram

criados indiscriminadamente, atendendo a critérios políticos. Ele faz questão de ressaltar que a criação de novas cidades não traz aumento de despesas, pois os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) serão apenas distribuídos em municípios diferentes.

Mozarildo também lembra que há exigências diferentes para cada região. O texto aprovado no Senado estabelece requisitos como população mínima de 6 mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste, 12 mil no Nordeste e 20 mil no Sul e no Sudeste. Além disso, exige território com área mínima de 200 quilômetros quadrados no Norte e Centro-Oeste e de 100 quilômetros quadrados nas demais regiões.

O projeto proíbe a criação, incorporação, fusão ou desmembramento, se isso inviabilizar municípios já existentes. Qualquer procedimento deve ser realizado entre a data de posse do prefeito e o último dia do ano anterior às eleições municipais. Se o tempo não for suficiente, apenas depois da posse do novo prefeito poderá ser dado prosseguimento ao processo.



Criação de municípios vai ampliar desenvolvimento, dizem Mozarildo e Raupp

Benefícios

Na opinião do relator da matéria, Valdir Raupp (PMDB-RO), a emancipação traz “inúmeros benefícios” para o novo município. O senador diz que a transformação em cidade vai fazer com que o distrito consiga mais investimentos, pois o município terá autonomia administrativa e financeira. Assim, diz o parlamentar, pode buscar os recursos dos convênios diretos. Ele lembra que com uma prefeitura e com uma câmara de vereadores, o poder público se faz mais presente na vida da população. Raupp dá como exemplo as secretarias de Saúde e Educação, que têm muita importância no

dia a dia dos moradores.

— Eu não acho, eu tenho certeza de que a criação de cidades é uma coisa boa para a população que mora naquela região — disse.

Mozarildo vai no mesmo sentido. Ele diz que a criação de municípios aumenta a oferta do serviço público para o cidadão e pode colaborar na modernização geográfica do país. Defende, porém, que exista viabilidade econômica para que um distrito se transforme em município. O senador destaca que, por causa da grande dimensão dos municípios, há localidades na Região Norte que não contam com serviços públicos básicos.

Mozarildo pede sanção total de regras para municípios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou, na quarta-feira, em pronunciamento no Plenário, o descontentamento de inúmeros prefeitos de Roraima com a falta de apoio dos governos estadual e federal para com os “municípios em crise”.

— Os prefeitos se reuniram para dizer que falta o braço do Estado em ações efetivas — disse.

O parlamentar pediu que a presidente Dilma sancione sem vetos o projeto de lei com novas regras para a criação de municípios. O substitutivo ao PLS 104/2014 — Complementar, aprovado na semana passada pelos senadores, estabelece critérios de viabilidade financeira, população mínima e regras para a apresentação da proposta às assembleias estaduais e para a consulta à população por meio de plebiscito.

Mozarildo ainda voltou a falar sobre o governo de Roraima. Ele afirmou que houve “roubalheira e corrupção” no estado nos últimos anos.

— Foram sete anos em que o estado andou para trás — afirmou.

Projeto quer ampliar voos regionais

A aviação regional poderá contar com reforço de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está pronta para votar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 173/2014, de Eduardo Braga

(PMDB-AM), que estabelece dois mecanismos para incentivos ao setor. A iniciativa tem parecer favorável do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Para ele, “o projeto é de grande interesse público e social.”

Pela proposta, o fomento

à aviação regional poderá ocorrer de duas maneiras: pelo pagamento de tarifas aeroportuárias em aeroportos com movimentação anual inferior a 1 milhão de passageiros e por meio do subsídio das rotas com origem ou destino em aeroportos com movimentação anual inferior a 800 mil passageiros, excluídos os que atendam as capitais.

Os subsídios devem levar em conta o número de passageiros efetivamente transportados por voo direto. Depois da CCJ, o texto vai seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Davim sugere debate sobre autosserviço em postos

Paulo Davim (PV-RN) quer debater, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a implantação do autosserviço nos postos de combustíveis. Comum em diversos países, o atendimento self-service é proibido no Brasil, nos termos da Lei 9.956/2000.

No autoatendimento, não há frentista, cabendo ao motorista abastecer o carro.

A Federação Nacional dos Frentistas estima que existam cerca de 500 mil trabalhadores no setor no país. O autosserviço, segundo os sindicalistas,

causaria desemprego em massa.

Davim, no entanto, defende a reavaliação da proibição ao autosserviço pelo Legislativo.

— É algo que no mundo inteiro já se pratica. Eu me lembro que, quando foram implantados caixas de autoatendimento nos bancos, gerou uma polêmica terrível e hoje em dia trouxe muito benefício e agilidade no atendimento à sociedade — pondera o senador.

O requerimento de audiência ainda será votado pela CAS.



Aeroportos como o de Maringá (PR) podem ter recursos de fundo nacional

Prédios públicos poderão se adaptar para economizar água

Os órgãos da administração pública federal deverão adotar todas as providências possíveis para economizar ou otimizar o uso da água em suas instalações. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 84/2014, que está em análise na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde aguarda designação de relator. Depois, o texto ainda será analisado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Do deputado José Carlos Vieira (PSD-SC), o projeto determina que sejam encontradas soluções técnicas e econômicas para a implantação de torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios acionados manualmente e com ciclo de fechamento automático ou, ainda, acionados por sensor de proximidade. A ideia é evitar o desperdício de água. O texto também prevê a obrigatoriedade da instalação de torneiras com arejadores, torneiras de acionamento

restrito para áreas externas e de serviços e bacias sanitárias com volume máximo de fluxo de seis litros, com sistemas de descarga de duplo fluxo.

O projeto também determina que a construção de novos prédios já contenha a previsão dessas medidas de economia. Os prédios prontos terão 365 dias, a partir da publicação da lei, para se adaptarem às novas regras. Os dirigentes dos órgãos responsáveis por edifícios da administração federal que deixarem de tomar as providên-

cias para o cumprimento das novas regras poderão responder por crime contra administração ambiental (Lei 9.605/1998), cuja pena é de até três anos de detenção, além de multa.

Na justificativa, o deputado lembra que cabe aos municípios legislar sobre assuntos locais, inclusive sobre o abastecimento de água. No entanto, o uso racional da água pelo governo federal pode servir para os municípios. “A água é um bem que se mostra mais escasso e valioso”, pondera.